

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.978 - DF (2019/0043868-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : CLEUDOMIRO DINIZ**  
**ADVOGADOS : VINICIO ORLANDO TOMEI - SP293483**  
**RODRIGO ALEXANDRE TOMEI - SP265040**  
**EMBARGADO : UNIÃO**  
**IMPETRADO : MINISTRO DA ECONOMIA**

## DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por CLEUDOMIRO DINIZ contra decisão de minha lavra, que extinguiu seu mandado de segurança sem a resolução do mérito, assim fundamentada (fls. 69/72):

*Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CLEUDOMIRO DINIZ, contra suposto ato ilegal do MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO.*

*Sustenta o impetrante, em síntese, que no julgamento do MS 19.055/DF, restou-lhe reconhecido o direito de receber a reparação econômica (fl. 7):*

*[...] como se na ativa estivesse, ou seja, com salário de comandante de vôos internacionais, com salário médio de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).*

*Ocorre que o impetrante vem recebendo o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), que corresponde ao valor de um piloto em início de carreira, o que vale dizer que o Ministério vem descumprindo a decisão judicial.*

*Inconformado com o que vem ocorrendo, o impetrante distribuiu processo administrativo nº 03154.010091/2018-63 (doc. anexo), na data de 04/09/2018 requerendo o pagamento dos valores corretos determinado pelo STJ.*

*Até a presente data o processo administrativo não foi objeto de apreciação pela autoridade competente, motivo pelo qual se impetra o presente MS.*

*Nesse diapasão, requer "a concessão da liminar para determinar que a impetrada efetue os pagamentos corretos do valor do benefício do impetrante no valor de R\$ 39.300,00 (trinta e nove mil e trezentos reais), correspondentes ao teto constitucional" (fl. 6).*

*Por fim, requer a concessão da segurança, para que se*

# *Superior Tribunal de Justiça*

determine "à autoridade coatora que efetue o pagamento dos benéficos com o valor correto descrito no pedido liminar" (fl. 8). O pedido de liminar foi indeferido (fls. 38/39).

A autoridade impetrada apresentou informações, aduzindo o seguinte: (a) "da análise da inicial do presente Mandado de Segurança o que se observa é que a pretensão do impetrante envolve a necessidade de produção de provas, já que não logrou êxito em demonstrar o descumprimento /de pagamento de benefício no montante devido" (fl. 56); (b) falta de interesse processual, pois "não cabe a impetração de mandado de segurança com o intuito de garantir cumprimento de decisão proferida em outro mandado de segurança (MS nº 19.055/DF), uma vez que questões relativas a eventual descumprimento de decisão devem ser discutidas no juízo de cumprimento do julgado" (fl. 56); (c) o decidido no referido mandado de segurança foi integralmente cumprido, uma vez que o impetrante foi incluído da folha de pagamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em agosto de 2018; entretanto, "tal como consignado na Nota Informativa nº 3426/2019-MP, a definição do valor da prestação é matéria que escapa às atribuições legais deste Ministério, conforme os arts. 10 e 12 da Lei nº 10.559/2002, alterados pela Medida Provisória nº 870/2019, assim como do Anexo I do Decreto nº 9.679/2019" (fl. 57).

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA, opinou pela denegação da segurança, nos termos da ementa que se segue (fl. 63):

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. PARIDADE DE REMUNERAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO À REMUNERAÇÃO PLEITEADA.**

**- Parecer pela denegação da segurança.**

**É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

*Acerca do pagamento das reparações econômicas asseguradas aos anistiados políticos, assim determina a Lei 10.559/2002:*

*Art. 3º. A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, correrá à conta do Tesouro Nacional.*

*§ 1º. A reparação econômica em prestação única não é acumulável com a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.*

*§ 2º. A reparação econômica, nas condições estabelecidas*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia de que trata o art. 12 desta Lei.*

*[...]*

**Art.10. Caberá ao Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos decidir a respeito dos requerimentos baseados nesta Lei.**

*Art. 11. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, inclusive os que estão arquivados, bem como os respectivos atos informatizados que se encontram em outros Ministérios, ou em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da publicação desta Lei.*

*Parágrafo único. O anistiado político ou seu dependente poderá solicitar, a qualquer tempo, a revisão do valor da correspondente prestação mensal, permanente e continuada, toda vez que esta não esteja de acordo com os arts. 6º, 7º, 8º e 9º desta Lei.*

*Art.12. Fica criada, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos referidos no art. 10 desta Lei e de assessorar o Ministro de Estado em suas decisões.*

*[...]*

*Art. 18. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuar, com referência às anistias concedidas a civis, mediante comunicação do Ministério da Justiça, no prazo de sessenta dias a contar dessa comunicação, o pagamento das reparações econômicas, desde que atendida a ressalva do § 4º do art. 12 desta Lei.*

*Vê-se, assim, que compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tão somente efetuar o pagamento das reparações econômicas assegurada aos anistiados políticos, cujo valor, todavia, é definido pelo do Ministro da Justiça.*

*Nesse diapasão, é de rigor o reconhecimento da ilegitimidade passiva ad causam da autoridade apontada como coatora.*

*Acréscete-se, de toda sorte, que ao contrário do que aduz o impetrante, no julgamento do **MS 19.055/DF** somente lhe foi assegurado o direito à percepção de reparação econômica, ficando reservado ao órgão competente da Administração a definição dos valores devidos, na forma da lei.*

*A propósito, confira-se o seguinte trecho do voto condutor do referido julgado, da lavra da em. Ministra REGINA HELENA COSTA:*

# Superior Tribunal de Justiça

No entanto, após minucioso exame dos elementos contidos nos autos, verifico que o contrato foi inicialmente interrompido no dia 14.01.1988, já a reintegração ocorreu somente em 24.09.1999 (fl. 44e), durando apenas 3 (três) dias, uma vez que foi seguida do posterior desligamento no dia 27.09.1999 (fl. 46e).

Dessa forma, não é possível ilidir o direito à reparação econômica, porquanto a reintegração no caso concreto não afastou os danos decorrentes da extinção indevida da relação de trabalho.

Isto posto, concedo parcialmente a segurança para reconhecer o direito a reparação econômica nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei n. 10.559/2002, **reservando a definição dos valores devidos ao órgão da administração competente.**

Sem condenação em honorários advocatícios de sucumbência, nos termos do art. 25 da Lei n. 12.030/09 e a teor do enunciado da Súmula n. 105 desta Corte.

Daí porque o acolhimento da pretensão autoral demandaria dilação probatória, uma vez que, como afirmado no parecer ministerial, "os valores requeridos pelo impetrante podem não ser os mesmos estabelecidos pelo órgão competente, e o impetrante não trouxe aos autos os elementos indispensáveis a comprovar o direito à remuneração requerida, não bastando para tanto os holerites de pilotos de categoria internacional" (fls. 65/66).

**ANTE O EXPOSTO, extingo** o mandado de segurança sem a resolução de mérito. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 105/STJ.

Sustenta a parte embargada, em apertada síntese, a existência de omissão na decisão impugnada, nos seguintes termos (fls. 75/76):

A decisão esgotou, de forma satisfatória o pedido principal, esclarecendo a competência do Sr. Ministro da Justiça, para a fixação do valor da indenização.

Deixou-se, todavia, de apreciar o pedido subsidiário, para determinar que a embargada julgue imediatamente o processo administrativo de protocolo nº 03154010091201863.

Com efeito, o processo anexado foi protocolado há mais de ano e devidamente instruído. Nos termos dos artigos 48 e 49 da Lei 9.874/96, deveria ter sido julgado em trinta dias, a menos que a digna autoridade entendesse necessário praticar atos instrutórios.

Nessa medida, está em mora desde 04 de outubro de 2018, vez

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que o o processo foi instaurado em 04 de setembro de 2019. Portanto, vem por meio destes embargos de declaração, requerer que seja completada a decisão neste ponto, suprimindo a omissão determinando que a Autoridade Impetrada promova o julgamento do processo administrativo imediatamente. Após esclarecimentos havidos na r. Decisão, será necessário determinar ao Ministro Do Planejamento que encaminhe o processo administrativo à autoridade competente, o Sr. Ministro da Justiça, para que então a lei possa ser cumprida:*

*“Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.*

*Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.”*

Por fim, requer o acolhimento dos aclaratórios, *"para suprimimento da omissão apontada, para o fim de determinar o julgamento imediato do processo administrativo, que já está a mais de um ano sem a devida decisão"* (fl. 76).

Impugnação às fls. 82/84.

## **É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

Como cediço, de acordo com o estatuído no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão atacado.

*In casu*, verifica-se que, de fato, não foi apreciado o pedido subsidiário formulado pela parte impetrante, nos seguintes termos (fl. 8):

*Posto isto, feitas as Intimações-Citatórias, espera o Impetrante lhe seja deferida em definitivo a segurança pleiteada, julgando o WRIT PROCEDENTE, determinando à autoridade coatora que efetue o pagamento dos benéficos com o valor correto descrito no pedido liminar.*

*Alternativamente, determine Vossa Excelência que a impetrada julgue imediatamente o processo administrativo, para que, em caso de decisão desfavorável, possa o impetrante tomar as providências judiciais cabíveis.*

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, faz-se necessário o saneamento dessa omissão.

Pois bem.

Nada obstante a existência do referido pedido alternativo, verifica-se que ele não foi precedido da indicação clara, precisa e congruente de sua respectiva causa de pedir, mediante a demonstração dos fundamentos pelos quais entende o impetrante, ora embargante, ser procedente sua pretensão, limitando-se a informar genericamente a existência de um processo administrativo protocolizado junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pendente de apreciação ao tempo da impetração. Confira-se :

*Assim, o Ministério Do Planejamento DESENVOLVIMENTO E GESTÃO foi condenado a estabelecer o pagamento dos valores mensais do benefício previdenciário ao impetrante como se na ativa estivesse, ou seja, com salário de comandante de voos internacionais, com salário médio de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).*

*Ocorre que o impetrante vem recebendo o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), que corresponde ao valor de um piloto em início de carreira, o que vale dizer que o Ministério vem descumprindo a decisão judicial.*

*Inconformado com o que vem ocorrendo, o impetrante distribuiu processo administrativo nº 03154.010091/2018-63 (doc. anexo), na data de 04/09/2018 requerendo o pagamento dos valores corretos determinado pelo STJ.*

*Até a presente data o processo administrativo não foi objeto de apreciação pela autoridade competente, motivo pelo qual se impetra o presente MS.*

*Frisa-se que trata-se de benefício previdenciário, ou seja, alimentos, não se mostrando razoável o lapso temporal de seis meses para a decisão do órgão impetrado.*

Dessa forma, verifica-se que a parte embargante não foi capaz de demonstrar, quanto a tal ponto, qual o direito líquido e certo teria sido violado pela autoridade impetrada.

Acrescente-se, ademais, que a parte impetrante, ora embargante, nem ao menos trouxe aos autos cópia do referido processo administrativo, motivo pelo qual nem sequer é possível falar-se em prova pré-constituída do direito líquido e certo supostamente contrariado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De outro lado, as considerações formuladas nos embargos declaratórios, acerca de uma eventual mora da Administração no exame do citado processo administrativo, somente foram aduzidas nos embargos declaratórios, caracterizando-se, portanto, como indevida inovação de tese. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - GECEPLAC. GRATIFICAÇÃO GENÉRICA. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CABIMENTO.*

[...]

*5. Teses suscitadas somente em Embargos de Declaração, as quais não foram objeto de recurso em momento oportuno, caracterizam intolerável inovação recursal, mesmo que invocadas a título de prequestionamento.*

*6. Embargos de Declaração rejeitados.*

(EDcl no AgRg no MS 21.601/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/11/2016)

**ANTE O EXPOSTO, acolho parcialmente** os embargos declaratórios para sanar a omissão apontada na decisão embargada, sem, contudo, efeitos infringentes.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator